

PARECER JURÍDICO

PARECER PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0904001/2021

ORIGEM: Comissão de Licitação

ASSUNTO: Análise do Edital de licitação na modalidade Tomada de Preços.

I - CARACTERIZAÇÃO

Trata-se de procedimento licitatório para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de materiais da rede de iluminação pública no Município de Cantanhede-MA. A fase interna do processo se desenvolveu regularmente através da solicitação feita ao Secretário Municipal de Infraestrutura, com autorização expressa do ordenador de despesas da pasta.

Do procedimento resultou a elaboração de Edital de Tomada de Preços do processo em epígrafe, e seus anexos, os quais agora são submetidos à análise jurídica.

II - ANÁLISE

A tomada de preços é uma modalidade de licitação entre os interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, na forma do que prescreve o Artigo 22, Parágrafo 2º, da Lei nº 8666/93.

A Comissão Permanente de Licitações optou pela utilização da modalidade Tomada de Preços, que pode ser aplicada no caso em pauta, pois há autorização legal prevista no art. 23, I, "b" da Lei nº 8.666/93. O valor estimado da contratação é de R\$ 1.935.218,16 (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, duzentos e dezoito reais e dezesseis centavos).

A análise do presente parecer se restringe aos aspectos jurídicos e formais da licitação com a análise do edital, seus anexos e minuta do contrato. Não cabe análise de mérito administrativo ou valoração de aspectos econômicos neste parecer.

Desta forma, após análise dos autos, e em atendimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, conclui-se que o Edital e a Minuta do Contrato se encontram de acordo com as especificações da Lei de Licitações, arts. 40 e 55, atendendo a todas as exigências legais.

III - CONCLUSÃO

Nesse cenário, manifesta pela continuidade do procedimento licitatório, uma vez que foram atendidos os preceitos legais necessários.

Cantanhede, 16 de Abril de 2021.



Rafael Silva Teixeira
Analista Municipal
OAB/MA nº 21.745